

Marilucia Ben

Doutoranda pela Universidade Federal de Santa Maria no Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências. Mestre pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná
luciaben15@hotmail.com

Carmen Rejane Flores Wizniewsky

Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Universidade Federal de Santa Maria
carmenrejanefw@gmail.com

Educação (in)formal do campo na lógica do capital agroindustrial no Oeste do Paraná

Resumo

O artigo é resultado de estudos referentes à educação cooperativista no Oeste do Paraná, educação essa desenvolvida pelo próprio cooperativismo empresarial. O objetivo é entender as relações de qualificação/desqualificação presentes na educação (in)formal e voltada para o capital/consumo com vistas ao agronegócio. Na relação dialética entre campo/agroindústria, os trabalhadores do campo (estes chamados de integrados/ cooperados) vêm, constantemente, se qualificando/desqualificando para atender aos interesses da (re)produção do capital impostos pelos complexos agroindustriais e também para atender às exigências do mercado internacional. Ao mesmo tempo em que os trabalhadores se qualificam/desqualificam, vivem processos contraditórios e de confronto nas relações sociais de produção. Compreender como as famílias integradas/cooperadas e também os trabalhadores da agroindústria são escolarizados para atender aos interesses do capital agroindustrial da região Oeste paranaense, esse é, então, o objetivo geral do estudo aqui em questão. A área de estudo compreende o Oeste do Paraná, caracterizado pela forte presença agroindustrial, além do significativo setor de comércio e serviços, setores voltados, em parte, para atender às demandas das agroindústrias. A pesquisa abrange o período de 1960 a 2010, caracterizado por profundas transformações no campo, resultado da reestruturação produtiva entre capital/trabalho.

Palavras-chave: educação, trabalho, precarização, agroindústria.

Abstract

(IN)FORMAL RURAL EDUCATION IN THE AGRO-INDUSTRIAL CAPITAL OF WESTERN PARANÁ

This article is the result of studies on cooperative education in western Paraná provided by business cooperatives, where the objective is to understand the qualification/disqualification relationships present in (in)formal education in agribusiness focused on capital and consumption. In the dialectic relationship between the rural environment and agro-industry, field workers (called integrated/associated workers) are constantly being qualified/disqualified in order to serve the interests of the (re)production of capital imposed by the agro-industrial complex and to meet international market requirements. While workers are being qualified/disqualified, they experience contradictory and confrontational processes in the social relations of production. Thus, understanding how integrated/cooperative families and agro-industry workers are educated to serve the interests of western Paraná's agro-industrial capital is the general objective of this study. The study area comprises western Paraná, which is characterized by a strong agro-industrial presence in addition to significant trade and service sectors (which are partially focused on serving agroindustry demands). The research covers the period 1960–2010, which was exemplified by profound changes in the rural environment resulting from productive restructuring between capital and labor.

Key-words: education, work, precariousness, agro-industry.

1. Introdução

Inicialmente cabe destacar que este artigo é resultado das pesquisas que estão sendo realizadas no âmbito do doutoramento em Geografia e Geociências pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Rio Grande do Sul. Estes estudos são resultados de reflexões e debates sobre aspectos das relações de qualificação/desqualificação a partir da educação cooperativista (in)formal voltada para o capital/consumo com vistas ao agronegócio.

Nesse sentido, na busca de identificar e explicitar aspectos desse processo, torna-se relevante entender a relação dialética entre o campo e a agroindústria, que acaba por tornar os trabalhadores do campo (os chamados integrados/cooperados) (des)qualificados para atender aos interesses da (re)produção do capital, interesses impostos pelos complexos agroindustriais e também para atender às exigências do mercado internacional. No movimento da reprodução capitalista, o trabalhador

vive processos contraditórios de qualificação e desqualificação, processos tomados neste artigo como objeto de estudo.

Assim, portanto, o objeto desta pesquisa é a Cooperativa Agroindustrial Lar, que compõe a estrutura regional voltada às atividades do agronegócio, atividades desenvolvidas no Oeste do Paraná. Esse complexo agroindustrial domina o setor de carnes de aves/suínos e seus derivados. O estudo abrange o período de 1960 a 2010, caracterizado por transformações no campo, transformações essas que buscaram a reestruturação da produção e que acabaram modificando as relações sociais, políticas e econômicas entre o capital, o trabalho e a sociedade.

2. Cooperativismo empresarial e qualificação/desqualificação dos cooperados/ integrados/ trabalhadores

Na relação dialética entre campo/agroindústria, os trabalhadores do campo constantemente vêm se qualificando/desqualificando para atender às exigências de produção e às relações de produção impostas pelo capital agroindustrial. Ao mesmo tempo em que se escolarizam, os trabalhadores vivem processos contraditórios e de confronto nas relações de produção, processos que se caracterizam como “[...] momentos de educação e de deseducação, de qualificação e de desqualificação, e, portanto, de humanização e de desumanização” (KUENZER, 2011, p. 11). O cooperativismo empresarial bem como as agroindústrias apresentam-se, discursivamente, como principais instrumentos para a promoção do desenvolvimento econômico e social de seus cooperados/integrados/trabalhadores, desenvolvendo campos específicos de projetos sociais educativos para a doutrinação e a aplicação de seus princípios, com cursos para cooperados de cooperativas e empresas agroindustriais. São esses projetos que buscam doutrinar seus cooperados/integrados/trabalhadores, disseminando princípios que nem sempre são compatíveis com a educação emancipadora, desenvolvendo, em contrapartida, prejuízos em relação à liberdade e à emancipação intelectual da sociedade, princípios que, portanto, estão pautados na formação de mão de obra dependente do setor agroindustrial, na especialização da produção e no consumo em massa.

As novas relações de produção têm início com a chegada das empresas colonizadoras no Oeste do Paraná. A colonização do Oeste do Paraná, ocorrida após 1940 no contexto da política e da geopolítica da “Marcha para o Oeste” do governo Vargas, objetivava, a partir das empresas colonizadoras, explorar a madeira, mercantilizar as terras, abrir novos ramos do comércio e da indústria (GREGORY, 2002). No que tange à comercialização de terras, ela passou a ser realizada com base no princípio de pequenas propriedades familiares, priorizando colonos descendentes de europeus do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e que já estavam habituados a esse tipo de atividade agrícola colonial. Esse planejamento visava à industrialização da agricultura, industrialização tida como necessária no contexto dos acontecimentos em que o país estava inserido após a Segunda Guerra Mundial.

O Oeste paranaense era visto pelo poder público, nacional e regional, com grande potencial para ampliar a fronteira agrícola, mesmo sendo a região habitada por povos indígenas que viviam da coleta e da caça. Assim, a Igreja e o governo de Estado entraram em acordo e autorizaram empresa colonizadora para realizar, de fato, a apropriação do espaço. Essa apropriação ocorreu não somente de forma concreta (pelas rodovias e ferrovias, pelo comércio etc.), mas também abstratamente (pela língua, pela informação, pelas ideologias, leis etc.), efetivando a ocupação dessa fronteira e (re)produzindo relações de poder.

No Oeste do Paraná, os índios e os caboclos foram expulsos ou excluídos do processo de produção, pois eles, “devido às suas relações de produção primitivas, nada mais tinham a oferecer [...]” (ALBA, 2002, p. 29) ao capital, diferentemente dos agricultores que aí se instalaram e estabeleceram, “[...] um tipo de propriedade diferente das anteriores [...]” (ALBA, 2002, p. 29), adaptando-se às novas formas de produzir e de comercializar impostas pelo capital. Nas pequenas propriedades do Oeste do Paraná, empresas e cooperativas têm, desde então, atuado para o desenvolvimento de novos modos de produção e promovido a comercialização (na condição de intermediários) dos excedentes com centros maiores, como São Paulo e Porto Alegre. Com a ampliação dos negócios através do sistema de integração, esses pequenos grupos de agricultores implementaram, gradativamente, o uso de modernas técnicas e também de novas atividades, como a avicultura e a suinocultura.

A educação não formal tem influenciado, de maneira significativa, as novas formas de produção do campo no Oeste do Paraná, isso realizado mediante as ações de empresas e de cooperativas agroindustriais, como já mencionado. O cooperativismo do Oeste do Paraná atua nas duas formas de educação apresentada, tanto formal como não-formal, pois as cooperativas que atuam no Oeste paranaense, como a Lar, a Coopavel e a Copagrill, entre outras, dispõem de cursos para capacitar a formação de seus cooperados, formando mão de obra para o desenvolvimento de suas atividades em setores como gado leiteiro, avicultura, suinocultura, apicultura, entre outros.

Atualmente a Cooperativa Lar está envolvida com produção de matérias-primas como grãos (soja, milho e trigo), mandioca, aves, suínos, leite, ovos e áreas de reflorestamento com cerca 2,500 ha. Quanto às indústrias, existe a unidade industrial de aves que abate 300 mil aves/dia, a unidade industrial de mandioca e de amido de milho, a unidade de empacotados, a unidade de soja, a unidade de madeira e 13 lojas de supermercados. No que se refere à produção de leite, a cooperativa mantém a unidade de recria de novilhas, no caso da suinocultura, duas UPLs – Unidades Produtoras de Leitões. Nos casos do leite e dos suínos, são entregues na Central Frimesa, que realiza a industrialização. Isso torna a Cooperativa Lar competitiva financeiramente no mercado do Oeste paranaense, pois, além de receber as matérias-primas dos cooperados, faz seu beneficiamento, agregando valor aos produtos nos diversos segmentos supracitados. Essa estrutura modificou o território paranaense que, a partir da relação com o capital agroindustrial, ampliou a expropriação das propriedades e modificou a forma de produzir.

As propriedades rurais que não atenderam ao sistema agroindustrial, em sua maioria, foram dissociadas das cooperativas. Os cooperados mudaram sua vida cotidiana para atender às novas relações de produção e trabalho. As formas de produção estão voltadas para a padronização de alimentos criados artificialmente e combinadas para atender as metas de produtividade. As propriedades rurais acabam por receber essas novas formas de produzir e aos camponeses cooperados resta trabalhar em aviários, em chiqueirões ou com gado leiteiro, com as implementações exigidas pelo agronegócio. Além de atuar no Oeste paranaense, a cooperativa

possui unidades no Mato Grosso do Sul, em Santa Catarina e no Paraguai. O fluxo de pessoas e de mercadorias tem aumentado, juntamente com o crescimento industrial da cooperativa. Intensificada na década de 1990, a agroindustrialização da Cooperativa Agroindustrial Lar proporcionou o aumento de suas atividades no Paraguai enquanto empresa SLR, a Lar Paraguai SRL.

Ao fazer referência ao cooperativismo, mais do que reforçar o que vem sendo disseminando como “movimento cooperativista”, o que aqui se propõe são amplas reflexões sobre o significado do trabalho coletivo para a humanidade.

O cooperativismo teve suas origens no século XVIII e XIX na Europa, especialmente na Inglaterra e na França. Servia como defesa de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho em consequência da Revolução Industrial, que estruturou o capitalismo, (re)produzindo as categorias dominante/dominado. Esse cooperativismo surgiu como sistema formal caracterizado por relações simples e que serviam para organizar os grupos sociais com objetivos e interesses comuns, amparado nos princípios de ajuda mútua e de controle democrático da organização pelos seus membros, nesse caso desenvolvendo o caráter de proprietário/usuário por seus cooperados (SCHNEIDER, 1981). Os próprios pioneiros percebiam na educação cooperativista uma das bases para o desenvolvimento das cooperativas, propondo-a como um dos princípios para garantir seu funcionamento e, para que pudesse ser viabilizada, manifestaram a necessidade da criação de um fundo específico que a financiasse, esse fundo é conhecido na lei brasileira como Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates).

Com as territorialidades do capitalismo e o desenvolvimento do agronegócio, o cooperativismo passou a ser configurado como alternativa dentro do sistema e não mais como alternativa ao sistema (SERRA, 1986). A lógica desigual/contraditória/combinada¹ do agronegócio é regida pelas relações capitalistas de produção, pois desenvolve o aumento da produção e da exploração do homem e da natureza, conseqüentemente aumenta a produção da mais-valia e concentra/acumula/amplia o capital, aumentando as desigualdades sociais. Neste sentido, concorda-se com Fernandes (1999), para quem as mudanças tecnológicas foram construídas a partir da estrutura do modo capitalista de produção. Isso quer dizer que houve

aperfeiçoamento do processo, mas sem solucionar problemas socioeconômicos e políticos, já que “o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade” (FERNANDES, 1999, p. 38).

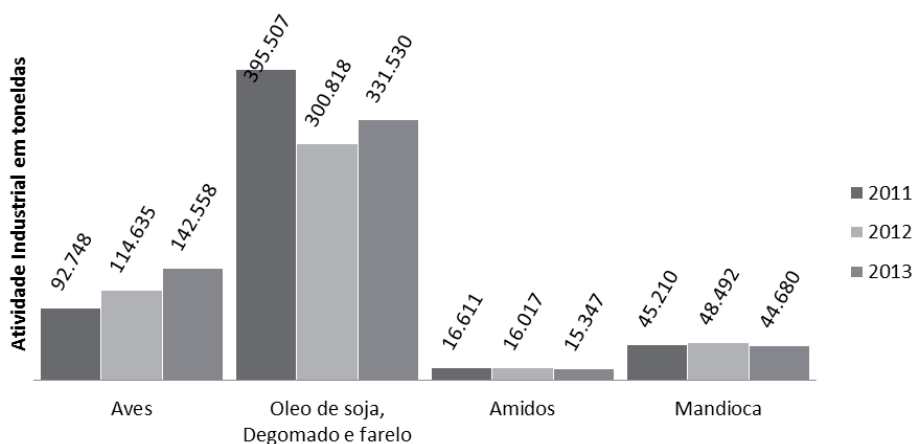
Nesse sentido, o movimento cooperativista levou à constituição de cooperativas especializadas, dentro do sistema capitalista de produção/agronegócio, e ali, segundo Pinho (1982), foi sendo tendenciada a seu desvirtuamento, isso em decorrência de problemas resultantes da própria “evolução” da cooperativa, que deixou de ser simples associação mutualista para se transformar em complexa organização social, incorporando os problemas da empresa capitalista moderna.

A incorporação dessa complexa organização social, dentro do sistema apresentado, reflete-se na inserção do camponês no mundo do trabalho, sob os ditames do capital. De acordo com Oliveira (1991), quando o camponês é submetido aos ditames do sistema capitalista/agronegócio, então a renda da terra passa a sujeitar-se ao capital. O trabalho excedente do camponês e de sua família vai sendo convertido em renda capitalista. Nesse sistema, a cooperativa/agroindústria acaba por se apropriar da renda da propriedade camponesa sem ser proprietário e produzindo capital por relações não capitalistas, pois o camponês compra os produtos e insumos, assumindo todos os riscos da produção, que são estruturas do complexo agroindustrial. A cooperativa/agroindústria assume o papel de provedora do lucro e desenvolve o sistema de competitividade, metas de produtividade, para incentivar o camponês a produzir mais e melhor para o acúmulo de capital. São promovidos concursos de produtividade pela cooperativa/agroindústria, entre cooperados/camponeses/integrados², que premia com aparelhos eletro portáteis para quem atingir maior produtividade nas propriedades. Esse mecanismo favorece o desempenho e o aumento da produção e a competitividade dentro do cooperativismo, promovendo seu desvirtuamento. Segundo Schlosser (2005), o sistema cooperativista, nesse caso, foi desenvolvido para organizar/ampliar os negócios pertinentes à comercialização dos produtos agrícolas e acaba por incentivar a especialização da produção, com cultivos de produtos do agronegócio, reorganizando a produção das propriedades rurais através de créditos, de assistência técnica e da comercialização dos produtos.

Assim, portanto, o novo sistema de desenvolvimento no campo imprime o chamado “cooperativismo empresarial”, que serve de ponte entre a indústria e a agricultura, fazendo com que esta última se torne consumidora de insumos e de equipamentos, enquanto a indústria se torna processadora e, como tal, introduz novos modos de produção no campo e, nesse caso, a agricultura se torna, na outra ponta, fornecedora de matéria-prima para ser processada, para novamente ser consumida pela população rural, mantendo a relação: consumidor – vendedor – consumidor de produtos industrializados. A agroindústria se consolidou a jusante e a montante da agricultura, subordinando e explorando grande parte dos camponeses e das propriedades rurais, assim mudando social, cultural e economicamente a estrutura rural. Como resultado das transformações do campo, a cooperativa estudada busca agregar valor ao produto. Sendo assim, diversifica a propriedade dos cooperados com linhas de produtos voltados ao agronegócio, intensificando as atividades para o desenvolvimento do setor agroindustrial. O Gráfico 1 mostra algumas atividades industriais que a Cooperativa Agroindustrial Lar desenvolve para agregar valor aos produtos. A cooperativa atua juntamente com os cooperados/integrados na produção no setor primário, compra a produção e faz o beneficiamento, atuando agora no setor secundário, na agroindustrialização dos produtos como aves, soja, milho e mandioca.

Gráfico 1

ATIVIDADES INDUSTRIAIS DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR DE 2011 A 2013



Fonte: Relatório Cooperativa Agroindustrial Lar (2013). Elaborado por Marilucia Ben.

O Gráfico 1 identifica as atividades do agronegócio desenvolvidas nas propriedades dos cooperados camponeses que, por sua vez, são beneficiadas pela cooperativa. Demonstra o quanto as famílias trabalham nessas atividades para produzir tamanho resultado. Nesse sentido, os camponeses “arrendam sua propriedade”, assumem todos os riscos da produção, compram os insumos e ainda desenvolvem relações não capitalistas de trabalho, recebendo pequena porcentagem do que produziram.

O planejamento estratégico atual da Cooperativa Agroindustrial Lar segue a lógica de profissionalização do quadro gerencial e dos cooperados. Ao mesmo tempo em que a Cooperativa emprega funcionários, há também os cooperados. Segue-se, portanto, que as capacitações se diferenciam. De acordo com o Relatório e Balanço (COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR, 2013), a qualificação dos funcionários e do quadro gerencial se dá em parceria com o Sescop/PR, Fundação Dom Cabral, Fundação Getúlio Vargas, fornecedores dos produtos agroindustriais e por meio do auxílio para estudantes de graduação e de especialização. As capacitações seguem os programas de Treinamento Técnico; Especialização em Engenharia e Segurança do Trabalho; Programa de Desenvolvimento de Gestores; Curso Técnico em Eletromecânica; e Treinamentos Comportamentais. Ainda de acordo com o Relatório e Balanço (COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR, 2013), para as famílias associadas são direcionados temas voltados à vida em família, melhorias de qualidade de vida, sua relação com a cooperativa e importância de sua participação no dia a dia. Os objetivos foram “[...] oferecer alternativas de aumento da rentabilidade a seus associados através da diversificação de atividades e aprimoramento da gestão da propriedade” (COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR, 2013, p. 8).

Para desenvolver o quadro social foi criado o Comitê Central que é representado por lideranças das atividades de aves, de suínos, de leite, de agricultura, de amido, de vegetais, de ovos, de jovens e de mães, que procura desenvolver funções educativas e consultivas, especificamente participando de reuniões, de cursos, de viagens técnicas. O Comitê tem assento à mesa do Conselho de Administração em todas as reuniões ordinárias e auxiliares, levantando as sugestões, pretensões e reivindicações dos cooperados. As sugestões/reivindicações são consideradas desde que sejam voltadas para a linha que a cooperativa segue, qual seja, a lei do agronegócio, da competitividade e da acumulação de capital.

O desafio enfrentado pelas cooperativas agrárias é desenvolver uma administração pautada entre o social e o empresarial. Para isso necessita da gestão social para articular a participação dos cooperados nas decisões tomadas pela cooperativa. Já a gestão empresarial está voltada para gerir os interesses econômicos da empresa cooperativista. Desta forma, a educação cooperativista atua, simultaneamente, na gestão social e empresarial num processo de “capacitação” que sustenta e promove a gestão cooperativista, voltada ao capital agroindustrial. Já dizia Owen, “a educação seria a pedra filosofal capaz de transformar o comportamento existencial da sociedade e criar uma estirpe nacional de cidadãos” (OWEN apud KLAES, 2005, p. 51). Neste caso, com as mudanças ocorridas no cooperativismo, com suas bases no agronegócio, se criaria um novo perfil para os cooperados, transformando seu comportamento através da educação cooperativista.

De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras, a finalidade do Comitê Central é a de realizar estudos e apresentar soluções sobre situações específicas. Pode adotar, modificar ou fazer cumprir questões, inclusive no caso da coordenação de programas de educação cooperativista junto aos cooperados/camponeses, a seus familiares e aos membros da comunidade da área de ação da cooperativa. Nesse caso, a educação cooperativista objetiva motivar adolescentes ao cooperativismo empresarial, motivação que prima pela competitividade e pelo agronegócio, o que implica o consumo de pacotes tecnológicos. Na concepção de Mészáros (2008), muito diferente da qualificação de mão de obra para o sistema capitalista, a educação deve ser o sustentáculo da vida de cada pessoa e as soluções para a educação necessitam ser essenciais, pois funcionam predominantemente como sistema de internalização de valores, conhecimento e cultura, ordenando concepções de mundo. Nesse sentido, é fundamental que a educação, em vez de qualificar mão de obra, seja capaz de romper com a própria lógica do sistema capitalista.

As cooperativas que atuam no Oeste paranaense (como Lar, Coopavel, Copagril, entre outras) dispõem de programas de cursos para capacitar a formação de seus cooperados, formando mão de obra para o desenvolvimento de atividades como gado leiteiro, avicultura, suinocultura, apicultura, entre outras. Os cursos proporcionados por elas a seus cooperados, mães e jovens, são planejados e executados pelo Comitê Educativo,

formado por representantes da comunidade, que utiliza fichas, formulário e planilha com o objetivo de manter a Diretoria Executiva informada das necessidades dos cooperados/camponeses. O Comitê Educativo possui metas relacionadas à quantidade de reuniões e limite mínimo de sugestões trazidas pelos cooperados/camponeses.

A educação no cooperativismo é regularizada, no Brasil, baseada no rochdaleanismo como explicitado pela Lei Federal nº 5.764/1971, artigo 4º, que define a cooperativa como sociedade de pessoas de natureza civil de forma e natureza jurídica próprias, sem finalidade lucrativa. Entre as características merecem destaque a indivisibilidade dos Fundos de Reserva e de Assistência Técnica, Educacional e Social, que, por sua vez, são inspirados nos precursores do pensamento cooperativo. Dentre os socialistas utópicos que influenciaram o cooperativismo nascente, merece destaque Robert Owen, considerado também como grande reformador social e educacional utópico, que introduziu várias inovações em favor dos operários, exaltando a educação e sua eficácia. A educação era utilizada para intervir entre os trabalhadores, substituir o alcoolismo pela sobriedade e as arruaças pela ordem. Em seu pensamento, considerava que o homem é resultado de seu meio social (PINHO, 1982). Nesse sentido, as famílias dos cooperados/camponeses são tidas como unidades básicas de produção, por isso são envolvidas ao máximo nas atividades da cooperativa e os cursos desenvolvidos no Centro de Treinamento da Lar, proporcionados pelo Comitê Educativo, se encaixam na educação não formal: “Desenvolvimento Pessoal”; “A Arte da Liderança”; “Postura Social e Profissional”, “Desenvolvendo Competitividade”, “Encontro de Jovens Cooperativistas do Paraná” (com palestras direcionadas ao cooperativismo, como: “Como transformar ideias em resultados”; “Cooperativismo, a força empreendedora”; “A importância da ação política para o desenvolvimento cooperativista”). Tais atividades educativas direcionam a aprendizagem através de eixos temáticos voltados para a linha do cooperativismo agroindustrial e incorporados pelos cooperados.

A atuação da cooperativa/agroindústria não para por aí, pois que a educação formal também é contemplada, com atividades no Ensino Fundamental I, graduação e especialização, que estão se desenvolvendo de forma crescente no Oeste do Paraná. Cursos são ofertados aos

professores do Ensino Fundamental I para desenvolver o cooperativismo em sala de aula. Quanto à graduação e à especialização, a cooperativa ajuda financeiramente os funcionários que desejam aprofundar seus estudos sobre o cooperativismo, porém levando em consideração os interesses do capital agroindustrial.

São desenvolvidas intensas atividades pelo Comitê Educativo da Cooperativa, sendo atividades direcionadas ao Coopermães e ao Cooperjovens. Esses cursos buscam organizar e capacitar as mães e os jovens cooperativistas. O Cooperjovem, integrado pelos filhos e pelas filhas de cooperados, é coordenado, orientado e treinado pela cooperativa. Existe, na cooperativa estudada, um centro de treinamento onde são desenvolvidos os mais diversos tipos de cursos que atendem à comunidade cooperada.

Esse modelo de cooperativismo vem (des)qualificando os seus cooperados para atender às exigências do capital agroindustrial. Segundo a filosofia cooperativista neste estudo adotada, o modelo é, em realidade, uma desqualificação, pois, com a introdução de novas tecnologias no processo produtivo, o trabalho do cooperado simplifica-se. Mesmo assim, porém, dos cooperados “[...] cada vez mais é exigida educação e cultura para manter a competitividade, num mercado que se globaliza progressivamente [...]” (TESTA et al., 1996, p. 77), com a introdução de novas tecnologias de mecanização e de automatização de aviários e de chiqueiros. As novas tecnologias, como aviários automatizados, com bebedouros e comedouros automáticos, alarmes de alerta, rações melhoradas, nesse caso, são introduzidas nas propriedades rurais dos cooperados através de cursos desenvolvidos pelos programas do Comitê Educativo.

A categoria para relacionar educação e cooperação é o trabalho, referenciado na teoria marxista de produção como base da humanização e da aprendizagem. O trabalho cooperativo e a educação servem de aliados, partindo do entendimento de que o ser humano aprende produzindo. Nesse sentido, os cooperados, ao participarem de programas educativos da cooperativa, acabam consumindo os pacotes tecnológicos do agronegócio, sujeitando-se a ficar submissos ao uso de tecnologias a montante e a jusante do sistema produtivo. A educação “[...] se apresenta como uma ação entre sujeitos, isto é, como uma ação social” (BOUFLEUER, 1997, p. 22).

Nesse sentido, o sistema educacional tem assumido caráter estratégico para os setores socialmente dominantes baseados nas relações de (re)produção da sociedade para o capital. Esse sistema segue a lógica da mercantilização da vida para o “sentido de ter”, que é materializado na apropriação privada da riqueza produzida socialmente e desenvolvida pelo modelo estético que Mészáros (1981, p. 263) chama de “[...] alienação de todos os sentidos, subordinados ao ‘sentido de ter’”. A alienação, segundo o autor, segue a lógica da educação estética na tentativa isolada de enfrentar a desumanização dos processos educacionais na sociedade capitalista, caracterizada pela (re)produção dos indivíduos incorporados no processo de produção dominante.

Essa (re)produção envolve a internalização de valores que são fomentados nas sociedades de classes construídas pelo modelo de produzir a vida pela sociedade dominante. Sendo assim, práticas formativas no âmbito educacional desenvolvidas nas sociedades capitalistas são importantes para (de)formar mão de obra e atender às necessidades do agronegócio e do consumo.

No cooperativismo empresarial do Oeste do Paraná foi constatado que os cooperados/integrados/trabalhadores são escolarizados para seguirem as exigências determinadas pelo capital agroindustrial, impondo novos ritmos à produção e à obtenção da matéria-prima, transformando-os em simples produtores de matéria-prima (aves e suínos) para a agroindústria. Essa busca constante reforça novas formas de qualificar/desqualificar o trabalhador, instalando “[...] verdadeiro processo pedagógico que tem por objetivo a educação técnica e política do trabalhador, determinada pelos interesses do capital [...]” exercendo certa concepção de mundo (KUENZER, 2011, p. 12).

Boa parte das atividades da economia regional está voltada para atender à demanda das cooperativas agroindustriais e também das agroindústrias, que constantemente introduzem novas técnicas, tecnificando o campo, com a instalação de máquinas e de equipamentos auto informatizados, tanto para a obtenção da matéria-prima, como para a produção, a circulação e o consumo, voltados, sobretudo, para atender ao mercado internacional, transformando, assim, consideravelmente, seus espaços “do fazer”, agora carregados de ciência, técnica e informação (SANTOS, 2008).

Os espaços do campo são atualmente forçados a usar as características e as possibilidades econômicas próprias em benefício do todo mundializado, para atender às necessidades imediatas de acumulação do capital. A indústria impõe as necessidades crescentes da produção e o campo se adapta técnica e socialmente para atendê-las. As determinações são impostas pelo capitalismo central, que demanda maior produtividade agrícola. Assim, as indústrias e as cooperativas atendem aos interesses do capital internacional, reestruturando a cadeia produtiva e o ritmo de crescimento, visando a ampliar os lucros. Essas mudanças extrapolam o interior das agroindústrias e chegam ao campo, reestruturando as pequenas propriedades camponesas familiares para atender às necessidades do capital, pois:

O cuidado na obtenção de matéria-prima, com qualidade, em menor espaço de tempo e com maior rendimento, dá-se com um intenso processo de modificação de toda cadeia produtiva. Isto quer dizer que todo o processo de produção da matéria-prima, ao longo deste tempo, tem passado por intensas transformações [...] (ALBA, 2002, p. 112-113).

As mudanças vão desde a automatização dos aviários, passando pelo processo produtivo, levando em consideração os interesses da agroindústria, que amplia o número de aves e reduz o tempo de engorda para o abate. Assim, a agroindústria condiciona o camponês familiar às formas do trabalho alienado/estranhado, pois o processo produtivo no sistema de integração é dominado pela empresa e desconhecido pelo camponês.

A agroindústria expropria o saber do camponês sobre o trabalho, pois este, antes da integração, era realizado sem a interferência do capital. Na propriedade, o quintal deu lugar ao aviário e a criação das galinhas “caipiras” livres ou soltas cede lugar à criação de aves confinadas e geneticamente modificadas. O camponês não comanda mais a produção, que está sob o comando da agroindústria, que determina o que, quando e como produzir, sabendo-se que essa determinação decorre das necessidades do capital, criando novas relações de trabalho e de produção fora do aviário, “[...] com a família, com outros avicultores, com o grande capital e seus representantes, com os técnicos e veterinários que prestam a assistência técnica, com os apanhadores³ de frango” (MIZUSAKI, 2009, p. 208). São relações capitalistas entre a agroindústria e o camponês integrado, nas quais o tempo e o ritmo de trabalho não se dão pela natureza, mas são

conduzidos pelo capital, pois “[...] não é o tempo da primeira natureza quem dita o ritmo de trabalho, mas o do frango reproduzido conforme o ritmo imposto pela biotecnologia” (MIZUSAKI, 2009, p. 208).

O ritmo de crescimento das aves ocorre a partir do tempo do capital, segundo as necessidades da agroindústria. Muda-se a genética, determina-se a cor das penas, programa-se o crescimento e o peso das aves com o uso da ciência e da tecnologia. O bem-estar das aves é aparente, mas determinado pelo capital, que confina as aves em galpões, artificializa a alimentação e introduz a química por meio dos medicamentos e vacinas na pequena propriedade camponesa. As liberdades da produção camponesa, que antes eram determinadas pelo ritmo da natureza, na atualidade estão a serviço do capital, sob o comando da agroindústria, que domina o processo produtivo. O bem-estar animal está a serviço do bem-estar do capital, que busca reduzir o tempo de produção da matéria-prima (frango) para o abate, a industrialização e a comercialização.

Para a agroindústria, a dedicação dos camponeses, no sistema de integração, deve ser em tempo integral, pois o resultado depende do esforço e da administração na atividade. Assim, as aves precisam estar bem alimentadas e o espaço no interior do aviário precisa estar limpo e desinfetado a fim de evitar doenças no lote. Qualquer anormalidade no lote precisa ser imediatamente comunicada ao técnico da agroindústria. Nada deve interferir no comportamento das aves, pois precisam crescer de forma acelerada, segundo as necessidades determinadas pela indústria.

Entendendo-se o espaço como resultado do desenvolvimento e da estruturação das forças sociais, políticas e econômicas, busca-se uma abordagem geográfica que dê conta de articular essa estrutura com o espaço por ela (re)produzido, sendo que as constantes e rápidas transformações impostas pela agroindústria no campo também ocorrem para os cooperados, que agora necessitam de maior escolarização/proletarização, visando a atender à reestruturação produtiva sob o comando da agroindústria. Para Raffestin (1993, p.143), ao “[...] se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator ‘territorializa’ o espaço”. Sendo assim, no espaço rural são territorializadas placas pelas agroindústrias. As comunidades recebem placas de identificação e a entrada das unidades rurais

também com o nome do integrado/cooperado e da agroindústria para a qual entregam a produção, tudo isso para facilitar a identificação das unidades de produção, para entregar a produção, e também facilitar o deslocamento dos extensionistas, técnicos, vendedores de insumos, caminhão de ração bem como de caminhões de transporte de aves e suínos.

Assim, a formação socioespacial dos municípios de Missal e de Medianeira no Paraná, a partir da instalação da Cooperativa Agroindustrial Lar, desenvolveu e exigiu novas funções do espaço urbano e rural, ao mesmo tempo em que vem exigindo maior escolarização/proletarização de seus cooperados, tanto do campo, como da cidade. Para Arroyo; Caldart; Molina (2009, p. 80), as propostas e os conteúdos das escolas seriadas são iguais e têm “[...] a mesma finalidade: habilitar todas as crianças e jovens do campo e da cidade para as experiências modernas de produção e do trabalho”.

Os cooperados/camponeses familiares estão sendo (des)escolarizados/ (des)qualificados para o mercado, ou seja, preparados para a proletarização da própria agroindústria. De acordo com Cruz (2000, p. 33),

[...] as novas exigências requeridas pelo sistema flexível de produção trouxeram profundas mudanças a todos os trabalhadores. [...] enquanto alguns tornam-se superespecializados, outros requalificam-se e outros ainda sofrem uma desqualificação. Por outro lado, verifica-se que tanto os trabalhadores qualificados quanto os desqualificados estão sendo marginalizados do sistema produtivo; o desemprego, a subcontratação, a informalidade são inerentes a este modelo de produção.

As novas exigências impostas aos cooperados/integrados/trabalhadores e a educação a eles oferecida levam as escolas a se adaptarem para atender aos interesses do capital, sobretudo ao capital da agroindústria da região. Há a necessidade de “[...] entender os processos educativos na diversidade de dimensões que os constituem como processos sociais, políticos e culturais; formadores do ser humano e da própria sociedade” (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2009, p. 12-13).

Na relação campo/cidade existe a necessidade de se pensar a escolarização das famílias residentes no campo, pois que, na atualidade, crianças e adolescentes são levados a estudar nas escolas urbanas, recebendo os conteúdos direcionados às práticas urbanas e ao mercado. A educação formal é instruída na dinâmica do capital industrial, no aumento da produtividade

e na inserção da ciranda da integração/proletarização com os grupos agroindustriais do Oeste paranaense.

Entender os espaços do campo, contextualizados com a realidade econômica e educacional dos cooperados/integrados/trabalhadores e a inserção na dinâmica do capital, é tarefa imprescindível. Para Mészáros (2008, p. 35), a educação institucionalizada nos últimos 150 anos serviu “[...] ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital [...]”, mas para transmitir e legitimar os valores e os interesses do capital.

A (des)qualificação dos cooperados/integrados/trabalhadores/camponeses familiares atende aos interesses do capital agroindustrial, pois são escolarizados na lógica do mercado e da produção, como se assalariados do campo e da cidade fossem.

Dessa forma, há que se entender a gênese de formação das agroindústrias da região, representando uma das maiores concentrações desse tipo de cooperativas/empresas da América Latina. Nelas se incluem tipicamente cooperativas agroindustriais (a exemplo da Lar, que possui complexa divisão técnica do trabalho e da produção) que, constantemente, buscam novas formas de qualificar/proletarizar integrados/cooperados/camponeses familiares (campo) e trabalhadores para melhor atender a suas demandas.

A dinâmica de formação dos novos espaços rurais/urbanos imposta pela agroindustrialização é dialética e desenvolvida na lógica do sistema capitalista. Espaços e pessoas são incorporados ou excluídos na medida em que se fazem necessários ou não ao capital, como é o caso da formação socioespacial de Missal e de Medianeira, como também de sua população, ou seja, dos cooperados/integrados/trabalhadores/camponeses familiares do campo e da cidade que, direta ou indiretamente, estão subordinados à lógica de acumulação capitalista das cooperativas agroindustriais. Segundo Caldart (2003) há urgência, para as sociedades camponesas, que o Estado institua escolas diferentes e que desenvolvam no educando a formação para a vida, objetivando produzir conhecimento, criar habilidades e formar sua consciência. Trata-se de escolas que vinculem a educação com as questões sociais inerentes à própria realidade do campo e da cidade, escolas contrárias às atuais, que estão comprometidas com a reprodução

das tradicionais relações sociais de produção entre o capital e o trabalho e com o atendimento dos interesses de acumulação capitalista (ARROYO; FERNANDES, 1999, p. 53).

O perfil da dinâmica agroindustrial da região do Oeste paranaense está baseado na relação da chamada “integração agroindustrial” com pequenos, médios e grandes produtores rurais. Esse sistema busca constantemente a ampliação e o aumento da produtividade, selecionando espaços e capacitando produtores, na lógica da inclusão/exclusão e de acordo com as necessidades do capital. Destacam-se, nesse processo, culturas com as quais o setor agroindustrial auferir maior rentabilidade e que constituem objeto de interesse e fusão dessas empresas com a produção de diferentes produtos agrícolas. Assim,

[...] a instalação de agroindústrias obedece ao princípio da fusão entre atividades agrícolas e industriais, de modo a controlar tanto a produção da matéria-prima quanto o processamento industrial; isso permite aos capitalistas o domínio completo sobre o processo produtivo, do qual auferem tanto a renda, extraída socialmente, quanto o lucro, extraído individualmente dos trabalhadores envolvidos na produção (PAULINO, 2012, p. 42).

Na lógica da (des)qualificação/(des)educação dos cooperados, o cooperativismo procura disseminar seus princípios através de uma “educação” cooperativista que objetiva, de acordo com Nascimento (1982), formar membros conscientes, técnicos competentes e cooperativas organizadas voltadas ao agronegócio - o que é algo muito diferente do que primordialmente se entendia por “educação cooperativista”.

Historicamente, os aspectos ligados à “educação” cooperativista são diversificados. No período de 1844 em diante, o cooperativismo dos teceletes de Rochdale era utilizado para formar seus membros com vários tipos de ensinamento, incluindo alfabetização, que, naquela época, se voltava somente para as elites. Segundo Nascimento (1982), a educação cooperativista tem finalidade de reformar a sociedade para seguir o cooperativismo. Suas formas recaem sobre a educação cooperativista formal e a educação cooperativista informal. A primeira compreende as cooperativas escolares, com cursos do sistema formal de ensino voltado para o cooperativismo, instituições privadas e públicas. A segunda está voltada para a atuação prática das instituições cooperativas privadas e públicas, e das cooperativas em geral.

Na chamada “educação cooperativa informal”, Nascimento (1982) destaca a animação cooperativista e a animação informal ministrada por cooperativas e por órgãos cooperativistas. A animação cooperativista atua na autoconsciência, na auto-organização, na autogestão e no autodesenvolvimento. Essa educação objetiva despertar no indivíduo as próprias potencialidades na comunidade e despertar os indivíduos para a organização das células sociais de acordo com as exigências e as transformações da época.

Já a animação informal ministrada por cooperativas e por órgãos cooperativistas proporciona o treinamento técnico-administrativo em diversos campos, mas com ênfase na extensão agrícola, objetivando habitação e assistência ao trabalhador rural em suas atividades de produção e em suas atividades de orientação, preparação e treinamento técnico de jovens, filhos dos cooperados. Também enfatiza o ensino da economia doméstica para as mães nas famílias associadas, intervindo com ensinamentos relativos ao aproveitamento econômico dos produtos alimentícios ali produzidos, ensinamentos visando também à fixação do homem no campo e à manutenção dos seus hábitos (NASCIMENTO, 1982).

A educação não formal tem influenciado de modo significativo as novas formas de produção do campo no Oeste do Paraná que são objeto de atuação das empresas e das cooperativas agroindustriais. Segundo Gadotti (1988, p. 307), “os campos de ação da educação popular comunitária podem ser tanto a escola formal, como a não-formal, as organizações econômicas e populares, as escolas produtivas e mesmo as microempresas”.

Conforme as reflexões de Gohn (1999, p. 98), “[...] a educação não-formal designa um processo com quatro campos ou dimensões, que correspondem a suas áreas de abrangência [...]”, que são contrárias às dimensões da educação do cooperativismo agroindustrial. As dimensões que abrangem a educação não formal são: 1) aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; 2) capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou potencialidades; 3) aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; 4) aprendizagem de conteúdos que possibilitem leituras de mundo que abranjam o que se passa ao seu redor; 5) educação desenvolvida na mídia e pela mídia. Tais dimensões são consideradas processos de autoaprendizagem e de aprendizagem coletiva por meio de

experiências em ações organizadas a partir de eixos temáticos, seguindo a lógica do que se pretende socializar para um fim. As dimensões abrangidas pela educação não formal são contrárias à educação cooperativista, pois esta última não fomenta a aprendizagem política crítica da realidade. As cooperativas agrárias se utilizam da educação cooperativista para introduzir conteúdos relacionados à gestão empresarial, à gestão social e à assistência técnica para moldar os cooperados/trabalhadores aos interesses do capital agroindustrial sem alternativas para introdução de qualquer outro sistema que não seja esse.

3. Considerações Finais

A estruturação e a modelação do espaço rural, desenvolvidas, sobretudo, pelos complexos agroindustriais, aproximam as relações entre o campo e a cidade, a qualificação/desqualificação dos cooperados/integrados/trabalhadores/camponeses e a reestruturação das atividades produtivas, principalmente as rurais, impostas pelas atividades urbanas, sobretudo pelas agroindústrias.

As constantes e rápidas transformações ocorridas no campo a partir da década de 1970, com o processo de modernização, modificaram as relações estabelecidas entre os pequenos produtores familiares e as agroindústrias, beneficiando profundamente essas empresas. A crescente acumulação capitalista, com o aumento dos lucros, passou a formar gigantescas empresas na região do Oeste paranaense, responsáveis por grande parte da economia regional e pelo domínio das pequenas propriedades rurais. As agroindústrias dominam as técnicas, a produção e a produtividade das matérias-primas, o que lhes possibilita determinar o valor médio da produção na agricultura integrada, assim “dominando” também o conjunto dos cooperados/integrados/trabalhadores/camponeses.

As modificações nas pequenas propriedades e a modernização das atividades avícolas e suinocultoras possibilitaram às agroindústrias selecionar os cooperados/integrados/trabalhadores/camponeses, excluindo propriedades e produtores e marginalizando famílias inteiras.

A lógica no uso do espaço rural segue padrões globais, interferindo na vida cotidiana dos cooperados/integrados/trabalhadores/camponeses, modificando seus hábitos e suas tradições, introduzindo o consumo de produtos industrializados. Acabam sendo (re)produzidos novos significados nos modos de produção, como animais em confinamento, o que requer reestruturações nas propriedades agrícolas – o galinheiro dá lugar ao aviário, e as galinhas caipiras, patos, gansos etc. são exterminados devido à criação das aves em confinamento. Se territorializou um “emplacamento” do espaço rural já na entrada da propriedade, bem como também das comunidades, que são marcadas com placas para identificá-las, assim como o proprietário e a empresa à qual pertence, facilitando a localização para o motorista do caminhão que transporta ração e aves, e também facilitando a localização para a visita dos técnicos. O uso das técnicas para a criação desses animais em confinamento também se modifica e a tecnologia implantada em alguns casos supera até o valor da propriedade.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que dos cooperados/integrados/trabalhadores/camponeses é exigida maior qualificação/escolarização, suas atividades no campo simplificam-se, esses espaços, carregados de ciência e tecnologia, intensificam a divisão do trabalho e o tornam (trabalho) mais simples, ou seja, fragmentam a relação entre o trabalho e o trabalhador com o seu produto, ficando a mercadoria sob o comando da máquina e, esta, do capital. O sistema de ensino contribui significativamente para que isso ocorra, pois, segundo Marx e Engels (2004), esse sistema é entendido como a concreta qualificação da força de trabalho para alcançar seu aproveitamento máximo com ajustes e integração dos indivíduos no sistema. A qualificação da força de trabalho é encaminhada para a forma de produção. Assim, portanto, a qualificação/desqualificação do trabalhador intensifica a extração da mais-valia pelo capital agroindustrial, pois o torna mais produtivo sob o comando da máquina e da produção.

As bases técnicas e econômicas da agropecuária foram gradativamente sendo substituídas, seja para o cultivo de plantas, seja para a criação de animais, pois as anteriores se mostravam incompatíveis com as novas formas de produção, distribuição e consumo. O novo modelo de produção agropecuário é baseado na incorporação da ciência, da tecnologia e da informação com o intuito de aumentar a produtividade, culminando em

transformações econômicas e, portanto, em transformações socioespaciais e ambientais.

Dado esse cenário de reproduções individualistas do capital na região aqui estudada, pergunta-se: São essas novas exigências que manterão os jovens no campo? São esses jovens que, segundo os projetos educacionais das cooperativas, garantirão a permanência das mesmas cooperativas no futuro? De fato, o cenário é ambíguo e contraditório, como indicado pela maioria das discussões que perpassam as questões entre a teoria e a prática do cooperativismo.

Notas

- ¹ O sistema é desigual e contraditório, pois, segundo Oliveira (2007), não transforma de uma só vez as formas de produção em produção ditada pelo lucro capitalista. E é desigual, segundo Fernandes (1999), porque o agronegócio é um tipo de latifúndio que concentra e domina a terra, a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento.
- ² Em expressões como “cooperados/integrados/trabalhadores/camponeses”, ou similares, como “cooperativa/agroindústria”, a intenção é mostrar que os termos podem ser utilizados como sinônimos, ainda que seus significados sejam parcialmente não coincidentes. Gráficamente, nas vezes em que a expressão aparece em fim de linha do texto, então um dígito vazio após a barra (/) se faz necessário, sob pena de a linha toda ficar deformada quando o parágrafo está “justificado”.
- ³ São trabalhadores que apanham os frangos no interior do aviário após a engorda para o transporte até a agroindústria. São contratados por empresa terceirizada, porém do camponês integrado são descontados valores do lote para o pagamento da empresa. Na prática, a agroindústria terceiriza o serviço e quem paga é o camponês.

Referências

- ALBA, Rosa Salete. **Espaço urbano**: os agentes da produção em Chapecó. Chapecó, SC: Argos, 2002. 184 p.
- ARROYO, Miguel Gonzáles; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma educação do campo**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- ARROYO, Miguel Gonzáles; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 1999 (Coleção Por uma Educação Básica do Campo, 2).
- BOUFLEUER, José Pedro. **Pedagogia da ação comunicativa**: uma leitura de Habermas. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 1997.

- CALDART, Roseli S. A escola do campo em movimento. **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n.1, p. 60-81, jan./jun. 2003.
- COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR. **Relatório e balanços**. Medianeira, 2010.
- COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR. **Relatório e balanços**. Medianeira, 2013.
- CRUZ, Dulcinéia da. **A formação do 'Total Trabalhador SADI'**: um estudo de caso sobre o processo de qualificação dos trabalhadores na Sadia S/A. 2000. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST Formação e territorialização**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- GADOTTI, Moacir. **Pensamento pedagógico brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.
- GOHN, Maria da Gloria. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 1999.
- GREGORY, Valdir. **Os euro brasileiros e o espaço colonial**: migrações no Oeste do Paraná(1940 -1970). Cascavel, PR: EdUnioeste, 2002. 306 p.
- KLAES, Luiz Salgado. **Cooperativismo e ensino a distância**. 2005. 270 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da fábrica**: as relações de produção e a educação do trabalhador. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2004.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MÉSZÁROS, István. **Marx**: a teoria da alienação. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MIZUSAKI, Márcia Yukari. **Território e reestruturação produtiva na avicultura**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009.

NASCIMENTO, Osvaldo Vieira. Evolução da educação cooperativista no Brasil. In: PINHO, Diva Benevides (Org.). **Administração de cooperativas**: manual de cooperativismo. Volume 3. São Paulo: CNPq, 1982. p. 227-238.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 63-110.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

PINHO, Diva Benevides. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro** - Manual do cooperativismo. São Paulo, 1982.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SCHLOSSER, Marli Terezinha Szumilo. **Rádio, consensos e dissensos**: o reverso do discurso e a crise da especialização agrícola (extremo oeste do Paraná). 2005. 259 p. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

SCHNEIDER, J. Elmo. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: LOUREIRO, M. Rita (Org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981. p. 11-40.

SERRA, Elpídio. **Contribuição ao estudo do cooperativismo na agricultura do Paraná**: o caso da Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá. 1986. Dissertação (Mestrado) - UNESP, Rio Claro, 1986.

TESTA, Vilson M. et al. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense**: proposta para discussão. Florianópolis, SC: EPAGRI, 1996.

Recebido em: 14/05/2015

Aceito em: 14/08/2015